

À espera de um novo Keynes

Marcello Averbug
Setembro/2020, Conjuntura Econômica FGV

Após John Maynard Keynes publicar seus textos, nada do que foi escrito no campo da economia suplantou a contribuição desse inglês genial. Nenhum polo acadêmico ou indivíduo isolado voltou a criar conceitos tão capazes de revigorar o sistema capitalista. E nenhum autor elaborou, com ressonância semelhante, análise de igual lucidez sobre as limitações do laissez faire como determinante das melhores opções para elevar a qualidade de vida da sociedade.

No atual momento, a literatura econômica padece da ausência de outra elaboração teórica com dimensão equivalente à keynesiana, dedicada desta vez a traçar caminhos para enfrentar dois dos fenômenos que mais influenciam o destino da humanidade: a inequidade social e a degradação ambiental. Abordo neste artigo apenas o tema da inequidade. Apesar de a Covid-19 haver subvertido a rotina internacional, infligindo mudanças nas prioridades governamentais, a pandemia não anula a relevância da extrema desigualdade social como modeladora do comportamento da economia do planeta.

Entre o muito que já foi escrito sobre concentração de renda, o texto recente de maior repercussão é o livro *Capital no século XXI*, do economista francês Thomas Piketty, publicado em 2014. Minucioso diagnóstico a respeito do tema, abrangendo longo período de observação, o livro prestou valiosa contribuição ao árduo processo de conscientizar os detentores do poder a respeito da urgência em amenizar os desníveis extremados de renda.

Embora Piketty também aponte alguns caminhos para enfrentar a inequidade, a teoria econômica se ressentida da ausência de profunda abordagem sobre políticas redistributivas. Perguntas essenciais ainda não foram respondidas, tais como: a) qual o melhor conjunto de instrumentos de políticas públicas capaz de promover maior grau de equidade? b) como esse conjunto modifica-se em função das peculiaridades de cada país? c) qual a correlação econométrica entre redistribuição de renda e as taxas de investimento e de crescimento econômico? d) em que medida a produtividade é influenciada por incrementos na igualdade social? e) quais os reflexos sobre as áreas fiscal, monetária e cambial?

Logo após a Segunda Guerra Mundial, prevalecia a crença de que a prosperidade dos então chamados países subdesenvolvidos abrandaria espontaneamente os contrastes radicais na qualidade de vida de seus habitantes.

Mas, especialmente na América Latina, isso não aconteceu. Hoje constata-se que a correta relação causa e efeito é oposta à imaginada no passado; isto é, a redução dos contrastes é que incentiva a prosperidade.

Para visualizar de forma simplificada como o perfil da equidade condiciona o desempenho da economia, convém observar três casos emblemáticos. O primeiro é o da Inglaterra, pioneira na Revolução Industrial, e que logrou atingir elevada taxa de crescimento econômico apesar da extrema concentração interna de renda prevalecente naquela época. Esse crescimento só foi possível porque o destino principal dos bens então elaborados pelas fábricas inglesas era o mercado externo e não o doméstico.

Somente após a Primeira Guerra Mundial o nível de vida das classes desprivilegiadas subiu, avanço acentuado após a Segunda Guerra.

No caso da Coreia do Sul, quando a guerra local de 1950-53 terminou, a economia encontrava-se desmantelada, o índice de pobreza elevado e a ajuda americana contribuiu para a reconstrução do país. O esforço pelo crescimento foi deflagrado na década de 60 e acelerado nos anos 70, com incisiva atuação do Estado mediante Planos Quinquenais. Entre 1962 e 1966 o setor industrial começou a germinar via substituição de importações, mas a partir de 1967 iniciou-se a instalação de grandes e competitivas indústrias voltadas à exportação, compensando o raquitismo do mercado consumidor interno. No período 1963-1979 o crescimento médio anual das exportações foi de 38,3%, e seu valor total representava 30% do PIB. A partir de meados da década de 80 surgem medidas destinadas a arrefecer a inequidade social, mas as exportações continuam sendo mola propulsora da economia.

Para nós brasileiros a experiência da Coreia do Sul é de especial interesse pois no início da década de 60 a renda per capita desse país chegava apenas à metade da nossa, enquanto hoje é três vezes superior. Também em termos de equidade os coreanos nos superaram, a despeito de perdurarem atritos relevantes nessa área. A atual distribuição de renda é mais equilibrada do que no Brasil, conforme demonstra o Coeficiente de Gini de 2018: Coreia do Sul = 0,35; Brasil = 0,54. Segundo dados da ONU para 2019, o 1% mais rico dos sul-coreanos detém 12,2% da renda total, enquanto no Brasil essa mesma proporção de habitantes detém 28,3% da renda.

O que explica essa diferença no destino dos dois países? A resposta pode ser assim resumida:

- a) A Coreia do Sul enfatizou a educação, a pesquisa tecnológica e investimentos em infraestrutura, visando à conquista de posição competitiva no comércio internacional de bens industrializados, de cujo dinamismo participou intensamente. Portanto, os limites do mercado para suas vendas alcançam longínquos pontos do planeta.
- b) No Brasil, os maiores surtos de industrialização resultaram do processo de substituição de importações, sem priorizar educação e conhecimento tecnológico, e sem expandir enfaticamente o consumo doméstico. O peso das vendas ao exterior da maioria das fábricas nunca atingiu proporções vultosas. Essa opção proporcionou alguns ciclos de crescimento do PIB, mas esgotou-se há muitos anos.

A experiência dos Estados Unidos difere da inglesa e da sul-coreana. Nação organizada em torno da atividade rural, desde os primórdios da história americana os parâmetros satisfatórios de distribuição de renda, entre a população branca, fez florescer um mercado interno suficiente para sustentar o crescimento da economia. Esse contexto viabilizou a posterior rápida industrialização, onde o papel do mercado externo era apenas coadjuvante. Graças ao volume de bens e serviços que os americanos foram e são capazes de consumir, o país tornou-se potência. Lamentavelmente, desde a década de 80 os Estados Unidos foram capturados por ascendente desigualdade social, cujas consequências são preocupantes.

Cito os três exemplos acima para lembrar que a) em países onde prevalece intensa concentração de renda, a forma de obter elevada e persistente taxa de incremento do PIB restringe-se à existência de competitividade capaz de dinamizar as exportações. Posteriormente, é possível até um esforço para diminuir a desigualdade; b) em países detentores de satisfatória equidade social e expressiva população,

as chances mais acessíveis de crescimento proveem do mercado interno, dependendo menos do externo.

A concepção de arcabouço teórico que balize políticas redistributivas é especialmente essencial ao Brasil e demais nações populosas da América Latina. Isto porque a realidade exposta no parágrafo anterior evidencia que a melhor hipótese desses países alcançarem patamar de desenvolvimento econômico e social elevado consiste em implementar políticas de atenuação das disparidades de renda, visando alargar o mercado consumidor interno. Sim, porque agora não há espaço para o ingresso exuberante no comércio exportador de bens industrializados e de serviços, hoje comodamente habitado pelos Estados Unidos, Europa e países asiáticos.

Embora as exportações provenientes da agropecuária, do agronegócio e de recursos naturais sejam benéficas aos países maiores do continente, elas são insuficientes para promovê-los à condição de desenvolvidos. Esse gênero de vendas ao exterior reúne potencial para produzir elevado impacto sobre o PIB apenas em países menores que, por essa trilha, podem atingir confortável status econômico e social.

Não faz sentido politizar o debate sobre os males gerados pelos extremos contrastes de renda. Assim como a decadência ambiental é cientificamente comprovada e imune a controvérsias ideológicas, também os benefícios da menor desigualdade sobre o dinamismo da economia são inquestionáveis. Aliás, convém lembrar que Keynes proporcionou sólidos argumentos demonstrando que países atentos à equidade desfrutam de superior tendência à prosperidade.

Marcello Avergub

Consultor, economista aposentado do BNDES e ex-professor da UFF

Esse artigo foi publicado originalmente em: <http://www.fgv.br/mailling/2020/conjuntura-economica/09-setembro/revista/8344717/24/#zoom=z>